

institucionalizando as favelas

O programa de erradicação de favelas executado pelo Governo do Distrito Federal apenas transferirá às zonas periféricas uma condição de vida subumana, atualmente dispersa por áreas valorizadas da cidade, não se constituindo um plano de melhoria gradativa da população carente. A denúncia está contida no documento elaborado por membros dos sindicatos dos arquitetos e engenheiros e do Instituto de Arquitetura do Brasil (IAB-DF), entregue na seção de protocolo do GDF, e que representa a colaboração das categorias à proposta oficial no setor da habitação.

Esse trabalho significa a resposta das entidades à política oficial de assentamento de famílias de baixa renda, que entendem estar desprovida de base para determinar a fixação da família carente em novos locais. Em novembro passado, engenheiros e arquitetos recusaram o convite do governador Joaquim Roriz para participar do grupo de estudos encarregado de elaborar o programa de ação governamental, alegando que a proposta excluía a comunidade dos debates. Os organismos o s c l a s s i s t a s comprometeram-se, entretanto, a subsidiar o planejamento, mas a contribuição chega com atraso.

Segundo o presidente do IAB-DF, José Roberto Bassul, "tentamos marcar uma audiência com o governador desde o final de janeiro; como não foi possível, firmamos nosso compromisso na Seção do Protocolo, para que não se fale em omissão". Ressaltou que a liberação de lotes em núcleos habitacionais como Samambaia não representa a garantia de moradia, determinando, simplesmente, a institucionalização da

favela como forma habitacional periférica. No documento, salientam que o Governo está legalizando o status do favelado, removendo os invasores de áreas nobres próximas ao Plano Piloto e à zona urbana das satélites, fixando-os em terrenos semi-urbanizados" que não garantem sua permanência".

PROPOSTA

Os organismos classistas propõem a revisão do desenho do loteamento da cidade, visando à ocupação de uma quantidade significativa de áreas que se espalham entre as quadras da Ceilândia, Gama e Sobradinho, sem destinação definida. "Estudo de alternativas de aproveitamento permitiu identificar a possibilidade de acrescentar 13 mil 400 novos lotes, em áreas onde a infra-estrutura instalada está sendo utilizada como depósito de lixo e local de assaltos". Afirmam que somente os bcos da Ceilândia poderiam transformar-se em mais quatro mil 800 lotes, sem maiores gastos para o GDF.

A segunda etapa seria uma reavaliação dos níveis de ocupação de determinados setores residenciais, no sentido de elevar sua densidade para níveis mais econômicos. "Os loteamentos das satélites e as extensas áreas residenciais urbanas e suburbanas de Brasília apresentam densidades de ocupação abaixo do mínimo recomendado pela economia e a racionalidade de organização urbana — menos de 200 habitantes por hectare". Bassul acrescenta que essa realidade determina o subaproveitamento da infra-estrutura viária, de abastecimento de água e de energia elétrica, planejadas para um alcance maior do que o atual.

Acreditam que o reestudo permitirá projetar uma intensificação média de 30 por cento na ocupação das áreas urbanas existentes. Engenheiros e arquitetos revelam que o programa de assentamento de famílias, principalmente em Samambaia, "não garante ao cidadão o direito de moradia minimamente qualificada ao nível construtivo e sanitário e de acessibilidade aos equipamentos comunitários essenciais". Afirmam que cabe ao Governo, senão a construção direta das moradias, pelo menos a criação de condições favoráveis para sua execução.

SEGREGAÇÃO

Destacam que, além de contribuir para minorar a demanda por habitação, estas medidas melhorariam o padrão urbanístico da cidade, aproximando as vizinhanças e dando-lhes maior identidade, através de uma maior variação arquitetônica. "O resultado destas medidas será mais rápido e econômico do que a criação de novos espaços semi-urbanizados, contribuindo, inclusive, para que invasores e inquilinos de fundo de quintal não sejam segregados em outros setores", adiantou Bassul. Enfatizam a condição favorável ao GDF para atuar dessa forma, já que possui dois terços das terras do Distrito Federal.

Indicam ser necessário baixar as pretensões de status econômico e social dados a áreas habitacionais de satélites como Planaltina, Ceilândia e Gama, reduzindo-os ao nível da demanda real e ofertando-as a organizações cooperativas de moradores.

Reunião define primeira remoção

O secretário de Serviços Sociais, João Ribeiro, se reúne hoje de manhã com as lideranças comunitárias da Boca da Mata — favela situada em Taguatinga Sul — para definir quais são as primeiras 50 famílias a serem transferidas para Samambaia na próxima sexta-feira. A quatro dias da remoção, a coordenadora do Programa de Assentamento do GDF, Helena Mussi, adianta que cerca de 20 por cento das 1 mil 900 famílias cadastradas na invasão não receberão lotes, por serem promitentes compradoras da Terracap e Shis ou possuírem bens imobiliários adquiridos mediante outros meios.

De acordo com Helena Mussi, a avaliação, que deixa de beneficiar em torno de 380 famílias, é o resultado do cruzamento de dados cadastrais da Shis, Terracap e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). De qualquer forma, cabe aos favelados da Boca da Mata inaugurar a segunda fase do Programa de Assentamento, que é a remoção propriamente dita, seguidos pelos moradores das invasões da Vila Xavier, localizada na Universidade de Brasília, Colina e Iate Clube.

ESQUEMA

Até ontem não havia sido definido o esquema do GDF para a remoção. O secretário de Serviços Sociais esclareceu que está aguardando os relatórios de todos os órgãos envolvidos na ope-

ração, dentre os quais as Secretarias de Viação e Obras, Educação, Saúde e Segurança Pública, a Terracap e a Administração Regional de Taguatinga, que abrange também Samambaia. Segundo João Ribeiro, "o entusiasmo da comunidade é total, sem admitir novos adiamentos".

Conforme o secretário, ao chegarem a Samambaia, os favelados encontrarão os lotes já demarcados, com ruas abertas pelos tratores da Novacap e postes de luz instalados pela CEB. Acrescentou que a Caesb fez ontem mesmo a implantação de chafarizes e, no dia da transferência, haverá barracões para atendimento de saúde, policial e de educação. O local foi visitado ontem à tarde pelo secretário de Habitação, Heitor Reis. Quanto ao comércio para atender aos novos moradores, João Ribeiro revelou que existe a intenção de instalar um mercado volante da SAB.

A distribuição dos lotes vai ser equitativa, segundo Helena Mussi, visando atender aos 15 mil favelados e 135 mil inquilinos cadastrados, em menos de dois meses. Nesse segundo grupo estão centenas de moradores de fundo de quintal. A princípio foram designados cerca de 12 mil lotes em Samambaia, mas a coordenadora do Programa assegura que haverá moradias em diversas localidades do DF.

Os recursos utilizados no programa são do próprio GDF, de acordo com a coordenadora.

Para a consolidação dos loteamentos ou terceira fase dos trabalhos, que em sua opinião é a principal, "teremos que buscar recursos fora", prevê. Na última etapa, ela explicou, será desenvolvido um programa social com o objetivo de integrar as comunidades ao espaço urbano.

A adaptação deve começar antes mesmo da consolidação, já que no primeiro dia da transferência as crianças da Boca da Mata serão levadas aos postos do CDS (Centro de Desenvolvimento Social), evitando-se riscos com eventuais chuvas e incidentes durante o desmonte e reergulimento de barracos. "A Fundação Hospitalar, Defesa Civil, Bombeiros, Polícia Civil e Militar e a Cruz Vermelha estarão de plantão para atender a todos", garantiu.

A coordenadora do programa estima que o processo de transferência se estenda, no mínimo, por cinco meses. Helena Mussi lembra que durante o cadastramento nas favelas e áreas esparsas houve grandes supresas no tocante ao descobrimento de invasões de locais públicos. "Só no Plano Piloto há pelo menos 30, entre grandes e pequenas", afirma. Os nomes são variados: José Aparecido (próxima ao Cruzeiro), Barroca (Lago Norte), Maracujá (ao lado do Clube do Congresso, também no Lago Norte) e Lixão ou Vila Sarney (L-2 Sul). Ao todo, segundo o cadastramento, existem mais de 60 invasões no DF.